



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – SEXTA REGIÃO
XVIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO
1ª ETAPA – PROVA OBJETIVA SELETIVA
1ª PARTE (SÁBADO)

BLOCO I

**DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO
TRABALHO**

Questão n. 1

Considerando-se a legislação aplicável, bem como a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.
 - II. A indenização de que trata o artigo 479 da Consolidação das Leis do Trabalho - metade da remuneração a que teria direito o trabalhador até o final do contrato - aplica-se ao trabalhador optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, admitido mediante contrato por prazo determinado.
 - III. O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - IV. É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
 - V. Entre as possibilidades de movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço estão a despedida por culpa recíproca e a aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
 - b) Apenas a assertiva II está correta.
 - c) Todas as assertivas estão corretas.

- d) Apenas a assertiva III está correta.
- e) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

Questão n. 2

Com relação à organização sindical, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As regras aplicáveis à organização sindical datam do período do primeiro governo de Getúlio Vargas, permanecendo inalteradas até os dias atuais, com exceção das Centrais Sindicais que, a partir da Constituição Federal de 1988, passaram a desempenhar o papel das Confederações Sindicais nas negociações coletivas.
- b) O novo ordenamento jurídico pátrio, inaugurado com a Constituição Federal de 1988, manteve inalterado o modelo de financiamento sindical baseado na contribuição compulsória, outrora conhecida como imposto sindical.
- c) Diferentemente da maioria dos países ocidentais de capitalismo avançado, o Brasil não adota o modelo de liberdade sindical consagrado na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.
- d) Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões e funções diferenciadas por força do estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.
- e) O município é o limite territorial de representação sindical.

Questão n. 3

Com relação ao poder normativo da Justiça do Trabalho, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. O poder normativo da Justiça do Trabalho consiste numa atribuição anômala conferida pela Constituição Federal a um ramo do Poder Judiciário, haja vista que a competência para a

elaboração de normas com efeitos *ultra partes* é uma tarefa típica do Poder Legislativo.

- II. Em razão da atipicidade mencionada na letra anterior, é possível afirmar que “a sentença normativa é ato-regra (Duguit), comando abstrato (Carnelutti), lei em sentido material”.
- III. Ainda sobre a sentença normativa, o Tribunal Superior do Trabalho firmou jurisprudência sumulada segundo a qual as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, Convenção ou Acordo Coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho, ressalvando o período compreendido entre 23.12.1992 e 28.07.95 no qual vigorou a Lei 8.542/92, revogada pela Medida Provisória n. 1.709/98, convertida na Lei 10.192/01
- IV. Com o advento da Emenda Constitucional 45/2004, o legislador constituinte derivado impôs uma limitação significativa ao poder normativo da Justiça do Trabalho, determinando, entre outras regras, que os dissídios coletivos de natureza econômica só poderão ser ajuizados se as partes interessadas estiverem de comum acordo.
- V. Exceção à regra mencionada na letra anterior é feita pela Constituição Federal de 1988 em relação à legitimidade do Ministério Público do Trabalho e dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho para o ajuizamento do dissídio coletivo no caso de greve em atividade essencial.

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- d) Apenas a assertiva IV está correta.
- e) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.

Questão n. 4

Com relação à terceirização, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. A terceirização “é o fenômeno pelo qual se dissocia a relação econômica de trabalho da relação justralhista que lhe seria correspondente”.
- II. Em termos gerais, a terceirização ocorre quando uma empresa transfere parte do setor produtivo a uma outra empresa, com a finalidade de otimizar a produção de bens ou serviços.
- III. Do ponto de vista da jurisprudência trabalhista, é possível afirmar que ao longo do tempo o Tribunal Superior do Trabalho alterou seu

entendimento sobre a terceirização, tendo inicialmente restringido o fenômeno às limitações previstas em lei, como são os casos de trabalho temporário e o de serviço de limpeza e conservação (Súmula 256).

- IV. Atualmente, a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 331) admite a terceirização de serviços especializados ligados à atividade-meio da empresa, desde que não se materialize a pessoalidade e a subordinação jurídica direta entre a empresa tomadora dos serviços e o pessoal terceirizado.
 - V. Orientação Jurisprudencial recente do Tribunal Superior do Trabalho reforçou o entendimento anteriormente sumulado de que a contratação irregular de trabalhador não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, acrescentando que, pelo princípio da isonomia, tal fato não afasta o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas aos contratados pelo tomador de serviços.
- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - b) Apenas a assertiva III está correta.
 - c) Todas as assertivas estão corretas.
 - d) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
 - e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão n. 5

Com relação ao instituto da greve, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. O *lock out* é vedado pela ordem jurídica pátria.
- II. Sindicalização e greve já foram práticas criminalizadas em vários ordenamentos jurídicos. Com o pacto pós-guerra havido entre os Estados nacionais e os trabalhadores em torno da criação do Estado de bem-estar social, a greve passou a ser admitida de forma ampla em alguns países e em outros com regulamentações restritivas.
- III. No ordenamento jurídico nacional, são direitos dos trabalhadores em greve: utilização de meios pacíficos de persuasão, arrecadação de fundos por meios lícitos, livre divulgação do movimento; proteção contra a dispensa por parte do empregador e proteção contra a contratação de substitutos pelo empregador.
- IV. Do ponto de vista jurídico, a greve gera a suspensão do contrato de trabalho, podendo, entretanto, transmudar-se em interrupção contratual.

V. Conferindo eficácia aos Mandados de Injunção n. 670-ES, 708-DF e 712-PA, o Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a omissão legislativa, declarou a legitimidade do direito de greve no serviço público e a regulamentação provisória pela aplicação analógica das regras contidas na Lei 7.783/89, aplicada aos trabalhadores da iniciativa privada.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão n. 6

Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Apenas por Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho poderá ocorrer a redução salarial.
- II. A celebração de Convenções ou Acordos Coletivos pelos sindicatos dependerá de Assembléia Geral convocada para tal fim, conforme disposto nos respectivos estatutos.
- III. A diferença entre Convenção Coletiva e Acordo Coletivo reside, basicamente, no número de empregados e empregadores que serão abrangidos pela norma coletiva. Isso porque a Convenção é celebrada entre sindicato de empregadores e uma ou várias empresas da correspondente categoria econômica, já o acordo coletivo é celebrado entre sindicato de empregados e respectivo sindicato de empregadores.
- IV. As disposições constantes tanto no Acordo Coletivo quanto na Convenção Coletiva aplicam-se a todos os associados das entidades sindicais signatárias de tais instrumentos coletivos. Exceção a essa regra se encontra no Precedente Normativo 119 da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho, que veda a imposição aos não sindicalizados de contribuir com taxa de custeio do sistema confederativo.
- V. Com lastro no princípio da Liberdade Sindical, no Brasil inexistente a obrigatoriedade acerca do registro do Acordo Coletivo e Convenções Coletivas no Ministério do Trabalho e Emprego, bem como inexistente qualquer limitação temporal de vigência dos ditos pactos.

- a) As assertivas I e II estão incorretas.
- b) Apenas as assertivas III e V estão corretas.

- c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão n. 7

Levando-se em conta a jurisprudência sumulada e as Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA relativamente ao instituto do aviso prévio:

- a) Os efeitos da dispensa só se concretizam depois de expirado o benefício do auxílio-doença concedido no curso do aviso prévio.
- b) Em caso de aviso prévio cumprido em casa, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é até o décimo dia da notificação de despedida.
- c) A “baixa” da Carteira de Trabalho e Previdência Social deve corresponder à data de efetivo afastamento do empregado, mesmo que o aviso prévio tenha sido concedido de forma indenizada.
- d) A prescrição começa a fluir da data do término do aviso prévio.
- e) A proporcionalidade do aviso prévio, com base no tempo de serviço, depende da legislação regulamentadora, visto que o art. 7º, XXI da Constituição Federal de 1988 não é auto-aplicável.

Questão n. 8

Tomando como referência a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre horas *in itinere*, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.
- b) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas *in itinere*.
- c) A insuficiência de transporte público também enseja o pagamento de horas *in itinere*.

- d) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- e) Considerando que as horas *in itinere* são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

Questão n. 9

Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre a jornada dos bancários, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O advogado empregado de banco exerce cargo de confiança, enquadrando-se, portanto, na hipótese do § 2º do art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) A configuração, ou não, do exercício da função de confiança a que se refere o artigo 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho dependente da prova das reais atribuições do empregado, é insuscetível de exame mediante recurso de revista ou embargos.
- c) O bancário que exerce a função a que se refere o § 2º do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho e recebe gratificação não inferior a 1/3 (um terço) de seu salário já tem remuneradas as duas horas extraordinárias excedentes de seis.
- d) Ao bancário exercente de cargo de confiança previsto no artigo 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho são devidas as 7ª e 8ª horas como extras no período em que se verificar o pagamento a menor da gratificação de 1/3 (um terço).
- e) O bancário sujeito à regra do artigo 224, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho cumpre jornada de trabalho de oito horas, sendo extraordinárias as trabalhadas além da oitava.

Questão n. 10

A respeito da jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre equiparação salarial, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Para os fins de equiparação salarial, só é válido o quadro de pessoal organizado em carreira quando homologado pelo Ministério do Trabalho, excluindo-se, apenas, dessa

exigência o quadro de carreira das entidades de direito público da administração direta, autárquica e fundacional aprovado por ato administrativo da autoridade competente.

- II. Para efeito de equiparação de salários em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- III. A equiparação salarial só é possível se o empregado e o paradigma exercerem a mesma função, desempenhando as mesmas tarefas, não importando se os cargos têm, ou não, a mesma denominação.
- IV. É desnecessário que, ao tempo da reclamação sobre equiparação salarial, reclamante e paradigma estejam a serviço do estabelecimento, desde que o pedido se relacione com situação pretérita.
- V. Não é possível a concessão de equiparação de trabalho intelectual porque não há critérios objetivos para avaliar sua perfeição técnica.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas a assertiva II está correta.
- c) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva V, está correta.
- e) Apenas a assertiva III está correta.

Questão n. 11

A respeito do contrato de representação comercial, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A prática de atos que importem descrédito comercial do representado não é um motivo justo para o representado rescindir o contrato.
- b) As comissões serão devidas pela mediação comercial, independentemente da conclusão do negócio ou à proporção de sua efetuação pelo interessado.
- c) A desídia do representante é um motivo justo para o representado rescindir o contrato, porém permanecerá o direito de o primeiro receber a parcela do aviso prévio, no momento da rescisão.
- d) A verba indenizatória está fixada em montante não inferior a 1/12 (um doze avo) do total da retribuição auferida durante o tempo em que exerceu a representação, além do aviso prévio de 60 (sessenta) dias, se o contrato for superior a 90 (noventa) dias.
- e) A força maior pode ser usada pelo representante, ou pelo representado, para rescindir o contrato por motivo justo.

Questão n. 12

De acordo com a lei e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre estabilidade e garantia provisória no emprego, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. É constitucional o artigo 118 da Lei 8.213/91 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de doze meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado.
 - II. São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a quinze dias e conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.
 - III. São dispensadas garantias provisórias no emprego aos seguintes trabalhadores: os que ajuízam ação na Justiça do Trabalho contra a empresa empregadora; os que estão em estado de greve; os que são dirigentes de associação de classe ou membro das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes; os que são contratados para trabalhar no estrangeiro.
 - IV. O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal de 1988.
 - V. Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal de 1988.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
 - b) Todas as assertivas estão incorretas.
 - c) Todas as assertivas estão corretas.
 - d) Apenas a assertiva III está incorreta.
 - e) Apenas as assertivas IV e V estão incorretas.

Questão n. 13

Com relação às férias, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, deixou o emprego e só foi readmitido dentro dos sessenta dias subseqüentes à sua saída.
- b) No caso de férias vencidas, o empregado que teve 9 (nove) faltas injustificadas ao trabalho

fará jus apenas a 18 (dezoito) dias corridos de férias.

- c) Em nenhuma hipótese serão concedidas férias em dois períodos.
- d) As férias serão obrigatoriamente anotadas na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado, sendo facultativa a anotação na ficha de registro dos empregados.
- e) A época da concessão das férias será aquela fixada em comum acordo entre o empregado e o empregador.

Questão n. 14

Sobre as hipóteses de contrato de trabalho a termo, é legítimo asseverar:

- a) Os contratos a termo, inclusive o de experiência, previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, com duração máxima de 90 (noventa) dias, permite prorrogações em casos de serviços inadiáveis ou de força maior.
- b) São modalidades de contrato a termo: contrato de experiência, contrato de safra, contrato rural por pequeno prazo, contrato por obra certa, contrato por temporada e contrato provisório (Lei n. 9.601/98).
- c) Os contratos a termo têm a finalidade única de aferir a adequação do empregado ao serviço.
- d) A Lei n. 9.601/98 não impôs qualquer limitação em relação ao número de trabalhadores que podem ser contratados por prazo determinado;
- e) A contratação de empregados por prazo certo tem como requisito essencial a assistência sindical nos casos de prestação de serviço em território estrangeiro.

Questão n. 15

Considerando-se a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho sobre a gratificação natalina, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
- II. A remuneração do serviço suplementar, habitualmente prestado, integra o cálculo da gratificação natalina prevista na Lei n. 4.090/62.
- III. A indenização adicional, prevista no artigo 9º da Lei n. 6.708/79 e no artigo 9º da Lei n. 7.238/84, corresponde ao salário mensal, no valor devido

na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionais, ligados à unidade de tempo mês, computando-se a gratificação natalina.

- IV. A gratificação semestral não repercute na gratificação natalina;
- V. Na rescisão contratual por culpa recíproca, o empregado faz jus à gratificação natalina de forma integral.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas a assertiva II está correta.
c) Todas as assertivas estão corretas.
d) Todas as assertivas estão incorretas.
e) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão n. 16

Com relação às vantagens dos servidores públicos federais, leia as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa CORRETA.

- I. Constituem indenizações ao servidor: ajuda de custo, diárias, transportes e auxílio moradia.
- II. Além do vencimento e das vantagens, os servidores têm direito às seguintes retribuições, gratificações e adicionais: retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; gratificação natalina; adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviço extraordinário; adicional noturno; adicional de férias; outros adicionais relativos ao local ou à natureza do trabalho e gratificação por encargo de curso ou concurso.
- III. As férias dos servidores poderão ser parceladas em até três etapas, desde que sejam requeridas pelo interessado, observando-se o interesse da administração pública.
- IV. A requerimento do servidor e observado o interesse da Administração Pública, 1/3 (um terço) das férias poderá ser convertido em pecúnia.
- V. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de duas horas por jornada.
- a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Apenas a assertiva II está correta.
c) Apenas a assertiva III está correta.
d) As assertivas I, II, III e V estão corretas.
e) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

Questão n. 17

No tocante à posse em cargo no serviço público federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.
- b) A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.
- c) A posse é um ato personalíssimo, sendo incabível a sua realização mediante procuração.
- d) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação;
- e) No ato da posse, o servidor apresentará declarações de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Questão n. 18

Em relação à licença para capacitação prevista na Lei 8.112/90, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Após o primeiro biênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período de no máximo cinco meses.
- b) Após o primeiro triênio de efetivo exercício, o servidor poderá obter a licença para capacitação pelo período máximo de cinco meses.
- c) O direito à licença para capacitação é receptício, isto é, depende apenas da manifestação da vontade do servidor.
- d) A licença para capacitação será concedida pelo período de até cinco meses, sem remuneração.
- e) A licença para capacitação será concedida pelo período de até três meses.

Questão n. 19

Tendo em vista os princípios da Administração Pública, leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. De acordo com o princípio da legalidade, a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. A Constituição Federal de 1988 confere garantia a esse princípio, consagrando a inafastabilidade do Poder Judiciário diante de

ameaça de lesão, ou lesão, mesmo que decorra dos atos da Administração Pública.

- II. O princípio da impessoalidade molda os atos administrativos de sorte que não venham a prejudicar ou beneficiar determinadas pessoas. O princípio se aplica tanto para o administrado como para a própria Administração.
- III. O princípio da especialidade decorre dos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público e tem relação com a descentralização dos serviços públicos.
- IV. O princípio da continuidade do serviço público consiste em que os serviços essenciais à coletividade não podem parar. Conseqüência desse princípio é a faculdade que se reconhece à Administração Pública de utilizar equipamentos e instalações da empresa contratada para assegurar a continuidade do serviço público.
- V. O princípio da eficiência impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução das metas administrativas.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão n. 20

Ao apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa, a Administração Pública faz valer o seu poder:

- a) Disciplinar.
- b) Normativo.
- c) Hierárquico.
- d) De polícia.
- e) Discricionário.

Questão n. 21

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O prazo decadencial de cinco anos para a Administração anular seus atos, de que decorram efeitos favoráveis para os administrados, só incide a contar da data na qual a Lei n. 9.784/99, entrou em vigor.
- b) Os atos administrativos somente gozam da presunção de legalidade e validade.

- c) Em face da teoria dos motivos determinantes, não é possível, por exemplo, a mudança do destino de um bem desapropriado.
- d) Os fatos administrativos admitem anulação, mas, ao contrário dos atos administrativos, não admitem revogação.
- e) Licença é ato administrativo discricionário.

Questão n. 22

Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O fato gerador da responsabilidade civil do Estado está, em princípio, atrelado ao aspecto da licitude ou da ilicitude.
- b) O brocardo inglês *the king can do no wrong* é emblemático do princípio da irresponsabilidade do Estado, o qual, contudo, não teve aplicação, no Brasil, na vigência da Constituição de 1824.
- c) A influência do direito francês e da jurisprudência do Conselho de Estado não foi marcante no desenvolvimento da teoria da responsabilidade civil do Estado, no direito brasileiro.
- d) A vítima da *faute du service*, quando em juízo, é obrigada a comprovar a culpa do Estado.
- e) As empresas de economia mista, que sejam concessionárias de serviços públicos, respondem por danos segundo as regras da responsabilidade objetiva, não havendo falar, nesse caso, em responsabilidade subsidiária do Estado.

Questão n. 23

Sobre os bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O “domínio eminente” consiste no poder político que o Estado soberano detém sobre todos os bens existentes no seu território.
- b) As sociedades de economia mista têm personalidade jurídica de direito privado, e estão sujeitas, na cobrança de seus débitos, ao regime comum das sociedades em geral, nada importando o fato de prestarem serviço público, contudo, a penhora de seus bens não pode comprometer tal prestação.
- c) Os bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) são impenhoráveis porque, embora não exista previsão normativa nesse sentido, a empresa presta serviço público em regime de monopólio.

- d) O art. 20, VII, da Constituição de 1988, foi o primeiro dispositivo constitucional, na história política do Brasil, a declarar expressamente que os terrenos de marinha são bens públicos da União.
- e) É incabível contar-se, para efeito de usucapião, o tempo de posse em imóvel que se incluía entre os bens públicos, enquanto ele assim se encontrava.

Questão n. 24

Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O desvio de finalidade será sempre um ato de improbidade (art. 11, I da Lei n. 8.429/92), independentemente de ter sido praticado com dolo ou culpa.
- b) Pratica ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/92, o gerente de empresa da qual a União participe com 35% do capital, que revela a amigo segredo corporativo, sem causar prejuízo à empresa.
- c) O simples fato de os prefeitos anteriores, ou de outros prefeitos, terem iniciado prática enquadrada como ato de improbidade administrativa, não elide a responsabilização daquele que adotou, durante a sua gestão à frente de município, a mesma conduta.
- d) A improbidade está prevista em apenas uma fonte constitucional: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” E mais: “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. (artigo 37, caput e § 4º da Constituição Federal de 1988).
- e) Toda improbidade corresponde a crime contra a Administração.

Questão n. 25

Com base na Lei n. 8.112/90 e nos princípios e demais normas do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O servidor aposentado deve requer a conversão em pecúnia da licença-prêmio adquirida, porém

não gozada, no prazo de cinco anos, a contar da data da aquisição do direito à licença.

- b) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- c) Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, desde que com mudança de sede.
- d) É possível conceder-se licença a servidor regido pela Lei n. 8.112/9090, para acompanhar cônjuge — servidor público ou empregado de empresa pública —, que foi deslocado para outro ponto do território nacional, e ali ter exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional.
- e) Em todos os afastamentos de servidores, conta-se o tempo de serviço para todos os efeitos legais.

DIREITO PENAL

Questão n. 26

Quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se:

- a) Não há crime.
- b) Há crime, mas não há dolo.
- c) Há crime e pode haver dolo, mas o fato é impunível.
- d) Há crime, pode haver dolo e o fato pode ser punível se for típico.
- e) Há crime, pode haver dolo e o fato pode ser punível dependendo das circunstâncias.

Questão n. 27

É INCORRETO dizer:

- a) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- b) Há tentativa se o processo executório do crime é integralmente realizado, mas o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à

vontade do agente ou se, mesmo integralmente realizado, o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente.

- d) Há tentativa se o processo executório do crime é interrompido por circunstâncias alheias à vontade do agente ou se, mesmo integralmente realizado, o resultado não se verifica por circunstâncias alheias à vontade do agente, e também se o resultado se verifica, mas o agente não obtém o benefício pretendido.
- e) Há tentativa se o crime não se consuma.

Questão n. 28

São hipóteses de exclusão de antijuridicidade:

- a) Erro de tipo e erro de proibição.
- b) Inexigibilidade de conduta diversa e legítima defesa.
- c) Estricto cumprimento do dever legal e estado de necessidade.
- d) Inexigibilidade de conduta diversa e estado de necessidade.
- e) Erro de proibição e estricto cumprimento do dever legal.

Questão n. 29

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A denúncia caluniosa admite forma culposa.
- b) O empregador pode ser sujeito ativo da apropriação indébita previdenciária.
- c) Pode-se aplicar o princípio da consunção num fato que ostente a materialidade de falso e de estelionato, como a falsificação de carteira de trabalho para obtenção de vantagem pessoal indevida.
- d) A apropriação, pelo empregado, de coisa móvel do empregador, de que tem a posse em razão de seu emprego, é apenada de forma mais gravosa.
- e) Há dano qualificado se o empregador destrói bem do empregado por puro sentimento de perseguição a este.

Questão n. 30

Analisar as assertivas abaixo e, depois, assinalar a alternativa CORRETA:

- I. O empregador calunia o empregado se lhe atribui falsamente a conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço.

- II. O empregador difama o empregado se lhe atribui a conduta de embriagar-se habitualmente ou em serviço.
- III. O empregador injuria o empregado se o chama de cachaceiro.
- IV. O empregado calunia o empregador se lhe atribui falsamente a conduta de alterar a escrita contábil da firma para enganar o Fisco.
- V. O empregado difama o empregador se o chama de sonegador.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) As assertivas II, III e V estão incorretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas II, III e IV estão corretas.
- e) As assertivas I, IV e V estão incorretas.

BLOCO III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão n. 31

Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. O absolutamente incapaz pode ser parte.
- II. O absolutamente incapaz tem capacidade para estar em juízo.
- III. O absolutamente incapaz deve estar representado para ter capacidade processual.
- IV. O relativamente incapaz não pode ser parte.
- V. O absolutamente incapaz deve estar assistido e o relativamente incapaz deve estar representado para terem capacidade processual.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva I está correta.
- d) Apenas a assertiva V está correta.
- e) As assertivas I, II e V estão incorretas.

Questão n. 32

Impedimento e suspeição:

- a) Somente se aplicam ao Juiz.
- b) Podem implicar mudança de Juiz, mas não de Juízo.
- c) Podem implicar mudança de Juízo, mas não de Juiz.
- d) Podem implicar mudança de Juiz e de Juízo.
- e) Aplicam-se ao Juiz e ao Juízo.

Questão n. 33

Não constitui modalidade de intervenção de terceiros:

- a) A assistência, pois não está listada no capítulo próprio do Código de Processo Civil.
- b) A oposição, pois o oponente em verdade não é terceiro, mas parte, já que autor de um pedido contra as partes originárias.
- c) A nomeação à autoria, pois o nomeado, uma vez aceito no processo, passa a ocupar a posição de réu, portanto de parte e não terceiro.
- d) O litisconsórcio, em qualquer de suas modalidades.
- e) A denunciação da lide, quando referente à evicção.

Questão n. 34

Tomando como base o calendário adiante fornecido, do final do mês de outubro e do mês de novembro de um ano hipotético, assinale a alternativa CORRETA:

OUTUBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
28	29	30	31			
NOVEMBRO						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2*	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13**	14	15***	16	17
18	19****	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

(*) Dia de Finados (feriado nacional).

(**) Nesse dia, o fórum fechou meia hora mais cedo.

(***) Dia da Bandeira (não é feriado).

(****) Dia da Proclamação da República (feriado nacional).

- a) Na sexta-feira, dia 9 (nove) de novembro, o Ministério Público foi intimado de decisão que se omitiu sobre um ponto a respeito do qual devia ter-se manifestado; seu prazo para ingressar com Embargos de Declaração, portanto, findou na sexta-feira, dia 16 (dezesesseis) de novembro.
- b) Na quinta-feira, dia 8 (oito) de novembro, saiu publicada intimação para o advogado do réu, numa ação, praticar dado ato, com prazo de 5 (cinco) dias; este, por conseguinte, terminou na terça-feira, dia 13 (treze) de novembro.

- c) Na quinta-feira, dia 1.º de novembro, saiu publicada intimação para advogados distintos de dois litisconsortes passivos, num certo processo, tomarem ciência de decisão ali proferida, cujo recurso tem prazo de 10 (dez) dias; este, pois, se encerrou na segunda-feira, dia 12 (doze) de novembro, porque, tendo terminado no domingo, dia 11 (onze) de novembro, foi prorrogado para o dia seguinte.
- d) Na quarta-feira, dia 31 (trinta e um) de outubro, a parte foi intimada de acórdão unânime a ela desfavorável; seu prazo para ingressar com Recursos Extraordinário ou Especial foi até a quinta-feira, dia 15 (quinze) de novembro.
- e) Na sexta-feira, dia 2 (dois) de novembro, uma pessoa foi citada para ser ré numa ação, devendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias; o último dia para fazê-lo foi a segunda-feira, dia 19 (dezenove) de novembro.

Questão n. 35

Quanto ao princípio da fungibilidade dos recursos, é CORRETO afirmar:

- a) Esse princípio era expresso no Código de Processo Civil de 1939, mas não consta de nenhum artigo do diploma em vigor, motivo pelo qual não pode ser mais invocado.
- b) Permite a interposição de um recurso por outro, apenas em casos controversos, isto é, diante de dúvida objetiva, não havendo erro grosseiro ou má-fé.
- c) Possibilita às partes interpor, livremente, qualquer recurso, diante de uma decisão, deixando de lado os formalismos que prejudicam a efetividade do processo.
- d) Aplica-se somente para as decisões referentes à posse ou propriedade de bens fungíveis.
- e) Só pode ser aplicado nos estritos casos previstos em lei, isto é, os relativos às obrigações fungíveis.

Questão n. 36

Em tema de Recurso Extraordinário, é INCORRETO dizer, no tocante à Repercussão Geral:

- a) É um requisito para o conhecimento do Recurso Extraordinário, introduzido pela Emenda Constitucional 45/04, na Constituição, e disciplinado, no plano da legislação ordinária, pela Lei n. 11.418/06, que acrescentou o art. 543-A ao Código de Processo Civil.

- b) São consideradas de Repercussão Geral questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social e jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa, bem como decisões contrárias a Súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- c) O recorrente deve demonstrar a Repercussão Geral em preliminar de seu recurso extraordinário, de forma que o exame dela se insere no juízo de admissibilidade do Recurso Extraordinário; o conteúdo dessa preliminar só pode ser examinado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) O Supremo Tribunal Federal só pode recusar a existência da Repercussão Geral pela manifestação de dois terços de seus membros (art. 102, § 3.º, *in fine*, da Constituição Federal de 1988), isto é, pelo menos 8 (oito) Ministros, por isso que tal exame só pode ser feito pelo Pleno, nunca por Turma.
- e) A Repercussão Geral contribui para a uniformização da jurisprudência, com a conseqüente agilização dos processos, porque, negada num único caso sua existência, a decisão valerá para todos os recursos sobre matéria idêntica, que serão indeferidos liminarmente, salvo revisão de tese pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Questão n. 37

A propósito da Ação de Improbidade Administrativa, leia as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Deve-se, em todos os casos, determinar a indisponibilidade dos bens do agente, para garantir o ressarcimento ao erário.
- II. Não se deve determinar a indisponibilidade de todos os bens do agente, se apenas alguns bastam à garantia do ressarcimento do erário.
- III. Não se deve determinar a indisponibilidade dos bens do agente cuja conduta foi somente a prática de atos atentatórios aos princípios da Administração Pública, sem lesão alguma ao erário.
- IV. A determinação da indisponibilidade dos bens do agente é sempre facultativa.
- V. A determinação da indisponibilidade dos bens só pode alcançar aqueles resultados de enriquecimento ilícito.
- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

- d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
e) As assertivas I, IV e V estão corretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

Questão n. 38

Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, responda a alternativa CORRETA:

- I. O Direito Comunitário consiste num conjunto de regras adotadas por comunidades integradas - econômica e politicamente - com a finalidade de regulamentar as relações multilaterais existentes entre os Estados-Membros.
- II. As principais fontes do Direito Comunitário são os Tratados Internacionais.
- III. O processo de integração econômica do Mercosul ainda não atingiu o plano da *supranacionalidade* como é o caso da União Européia, razão pela qual suas deliberações seguem as regras clássicas do Direito Internacional.
- IV. Pelo princípio da *subsidiariedade*, a Comunidade só atua quando as suas finalidades institucionais não possam ser realizadas pelos Estados-membros.
- V. É possível dizer que Direito Comunitário é um "*tertium genus* entre o Direito Interno e o Direito Internacional, sem, todavia, confundir-se com estes".
- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) Apenas a assertiva II está correta.
c) Apenas a assertiva IV está correta.
d) Apenas a assertiva III está correta.
e) Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

Questão n. 39

Leia atentamente as assertivas abaixo e, depois, responda a alternativa CORRETA:

- I. Ao se referir à circulação dos meios produtivos, o Tratado de Assunção, ainda que de maneira indireta, trata da livre circulação de trabalhadores.
- II. A Declaração Sociolaboral do Mercosul impõe aos Estados-Membros o compromisso com a garantia e o respeito à Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, adotados em 18.06.98 na cidade de Genebra.

- III. A Declaração Sociolaboral do Mercosul é também conhecida como Carta Social do Mercosul.
- IV. A Declaração Sociolaboral do Mercosul pode ser considerada avançada do ponto de vista político, vedando, inclusive, práticas discriminatórias baseadas na orientação sexual dos trabalhadores.
- V. A Declaração Sociolaboral do Mercosul não faz qualquer menção aos direitos previdenciários dos trabalhadores.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
c) Apenas a assertiva III está correta.
d) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
e) Apenas a assertiva V está correta.

Questão n. 40

Analise as assertivas abaixo e depois assinale a alternativa CORRETA:

- I. A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão deliberativo da Organização Internacional do Trabalho e corresponde à sessão plenária de seus Estados-Membros presentes por intermédio de suas respectivas delegações tripartites compostas de um representante governamental, um representante dos trabalhadores e um representante dos empregadores.
- II. A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão deliberativo da Organização Internacional do Trabalho e corresponde à sessão plenária de seus Estados-Membros presentes por intermédio de suas respectivas delegações compostas de técnicos indicados pelos respectivos governos conforme os pontos que então estejam na sua ordem do dia.
- III. Além da função normativa de elaboração de Convenções, Recomendações ou Resoluções, a Conferência Internacional do Trabalho também possui a atribuição de definir a execução das políticas e programas da Organização Internacional do Trabalho, sendo responsável pela eleição do Diretor-Geral e pela elaboração de uma proposta de programa e orçamento bienal.
- IV. Na Conferência Internacional do Trabalho, cada delegado poderá contar com a assistência de consultores técnicos e possui direito a um voto individual e independente dos demais componentes de sua delegação.

- a) As assertivas I e IV estão corretas.
b) As assertivas I e III estão corretas.
c) Apenas a assertiva II está errada.
d) Apenas a assertiva IV está correta.
e) Todas as assertivas estão erradas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão n. 41

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Relativamente ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao sistema de previdência social, podemos afirmar que a criação, ampliação ou majoração de benefícios só pode ser feita por meio de lei.
- II. A seletividade e distributividade das prestações é princípio que se reporta precipuamente ao legislador, impondo-lhe que, na conformação legal dos planos de benefícios e serviços, sejam priorizadas as maiores necessidades sociais.
- III. Quanto ao financiamento e ao custeio da seguridade social, podemos asseverar que contarão com recursos tributários arrecadados mediante contribuições de melhoria cobradas das empresas.
- IV. A Constituição da República não impõe a necessidade de uniformidade e equivalência entre benefícios e serviços que se destinem às populações urbanas e rurais.
- V. Entende-se por segurados as pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Previdência Social.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
c) As assertivas II, IV e V estão incorretas.
d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas
e) Apenas as assertivas I e II estão corretas

Questão n. 42

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Serão considerados, para cálculo do salário-de-benefício, os ganhos habituais do empregado sob a forma de utilidades sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.
- II. A Previdência Social compreende apenas o denominado Regime Geral de Previdência Social.

- III. Mesmo as entidades beneficentes de assistência social não são imunes às contribuições de seguridade social, porque esta deve ser financiada por toda a sociedade.
- IV. O sócio de indústria, na sociedade de capital e indústria, é segurado obrigatório do regime geral de previdência social, na condição de contribuinte individual.
- V. O Regime Geral de Previdência Social concede as seguintes prestações aos segurados: aposentadoria (por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial), auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente e reabilitação profissional.
- a) As assertivas II, IV e V estão corretas.
b) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
c) As assertivas II e III estão incorretas.
d) As assertivas II e V estão corretas.
e) As assertivas I e II estão corretas.

Questão n. 43

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, apenas o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido, e os pais.
- II. O associado eleito para cargo de direção, na sociedade cooperativa, é segurado obrigatório do regime geral de previdência social, na condição de contribuinte individual.
- III. Segundo o princípio da anterioridade mitigada, as contribuições sociais de seguridade social só podem ser exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as instituem ou modificam.
- IV. A filiação ao Regime Geral de Previdência Social está limitada à idade mínima fixada na Constituição da República para o exercício de atividade laborativa, com a única exceção em que há filiação antes da idade mínima: 14 (quatorze) anos no caso de menor aprendiz.
- V. Sobre os valores recebidos pelo segurado empregado a título de gratificação natalina, também conhecida como décimo terceiro salário, não incide contribuição previdenciária.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
b) Apenas a assertiva I está correta.
c) As assertivas II e V estão incorretas.

- d) Apenas a assertiva II está correta.
e) As assertivas I e II estão corretas.

Questão n. 44

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Uma pessoa aposentada pelo Regime Geral de Previdência Social, ao voltar a exercer atividade abrangida por este regime, é segurado obrigatório em relação a essa atividade.
- II. O auxílio-funeral é um benefício que faz parte do Regime Geral de Previdência social.
- III. Pode filiar-se facultativamente ao Regime Geral de Previdência Social o presidiário que não exerça atividade remunerada nem esteja vinculado a qualquer regime de previdência social.
- IV. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos de idade ou inválido.
- V. Os militares vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, independentemente de estarem vinculados a regime próprio de previdência.
- a) As assertivas I, II e V estão incorretas.
b) As assertivas II, III e IV estão corretas.
c) As assertivas II e IV estão incorretas.
d) As assertivas I, III e IV estão corretas.
e) As assertivas I e V estão corretas

Questão n. 45

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. É vedada a inscrição de segurado após sua morte (*post mortem*), exceto em caso de segurado especial.
- II. Considera-se trabalhador avulso aquele que presta serviços sem vínculo empregatício, de natureza urbana ou rural, a diversas empresas, com ou sem a intermediação de sindicato ou órgão gestor de mão-de-obra.
- III. A concessão do salário-família e a do auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do Instituto Nacional do Seguro

Social estão entre algumas das situações cobertas pela previdência social.

- IV. João comprou um terreno na praia e resolveu construir a sua casa de veraneio. Para tanto, contratou direta e pessoalmente os trabalhadores para a execução da obra de construção. Nessa situação, em relação aos segurados que lhe prestam serviços, João é equiparado a uma empresa no que concerne às obrigações previdenciárias previstas na legislação.
- V. Os prazos de decadência e prescrição das contribuições previdenciárias são de 5 (cinco) anos e não de 10 (dez) como preconizado na Lei n. 8.212/91
- a) As assertivas I, II e V estão incorretas.
b) As assertivas II, III e IV estão corretas.
c) As assertivas II e IV estão incorretas.
d) As assertivas I, III e IV estão corretas.
e) As assertivas II e III estão incorretas.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão n. 46

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Nas sociedades por cotas de responsabilidade limitada, o capital deve ser totalmente integralizado no ato da constituição.
- II. É admissível, em caso de dissolução parcial, a unipessoalidade temporária nas sociedades limitadas.
- III. As notas promissórias admitem endosso parcial.
- IV. As notas promissórias necessitam de causa e do protesto para a execução do devedor principal.
- V. O aval pode ser prestado por mais de uma pessoa, sendo sempre considerado uma garantia autônoma.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
b) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.
c) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
d) Apenas as assertivas III e V estão corretas
e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas

Questão n. 47

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. O contrato de representação comercial não admite as cláusulas *del credere*.
- II. Nas sociedades anônimas, as ações representam a divisão do total do capital integralizado.
- III. Nas sociedades anônimas, as ações, quando preferenciais, podem ter o direito de voto limitado ou suprimido pelo estatuto.
- IV. No contrato de *factoring*, se as faturas cedidas forem liquidadas pelo faturizador antes do vencimento, ter-se-á um contrato de comissão.
- V. Segundo a legislação brasileira, a prescrição do direito de execução do cheque se dá em 6 (seis) meses, contados da data de emissão do cheque.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
b) Apenas as assertivas I, III e IV estão incorretas.
c) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
d) Apenas as assertivas III e V estão corretas.
e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas

Questão n. 48

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. A duplicata mercantil não aceita pelo sacado, sem que motivo algum tenha sido dado, e por ele inadimplida, pode embasar seu requerimento de falência se protestada e acompanhada do comprovante de entrega das mercadorias.
- II. Pessoa física com menos de 16 (dezesesseis) anos de idade pode ser titular de estabelecimento comercial se o explorar com seus recursos próprios
- III. A transmissão dos direitos emergentes de um título de crédito é feita mediante o instituto do *trespasse*.
- IV. No caso de omissão do contrato social, a cessão de quotas entre sócios de uma sociedade limitada depende da aprovação de metade do capital social.
- V. Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o credor torna-se proprietário do bem alienado e seu possuidor indireto.
- a) Todas as assertivas estão incorretas.
b) Apenas as assertivas II, III e IV estão incorretas.
c) Apenas as assertivas II, IV e V estão incorretas.
d) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

Questão n. 49

Analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Os valores mobiliários que não representam parcelas do capital social e que conferem a seu titular direito de participação nos lucros da sociedade anônima denominam-se debêntures.
 - II. No caso da sociedade anônima que não possui Conselho Fiscal permanente, a instalação desse órgão em determinado exercício dependerá de deliberação expressa e unânime da diretoria.
 - III. A duplicata de prestação de serviços pode ser protestada.
 - IV. A duplicata de prestação de serviços não admite a devolução em caso de negativa de aceite.
 - V. É defeso ao emissor do cheque opor ao seu portador exceções fundadas em relações pessoais com o endossante, salvo se demonstrada a má-fé do terceiro.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) As assertivas I, III e IV estão incorretas.
 - c) As assertivas II, IV e V estão incorretas.
 - d) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - e) Apenas as assertivas I e V estão corretas.

Questão n. 50

Temos como afirmar que é obrigação necessária de qualquer sócio de sociedade limitada:

- a) Contribuir para a formação do patrimônio social.
- b) Prestar serviços à sociedade.
- c) Exercer o direito de voto nas deliberações sociais.
- d) Examinar os livros e documentos e o estado da caixa e da carteira da sociedade.
- e) Convocar os demais sócios para as assembleias e deliberações.